



SL CAPITAIS Sociedade Financeira de Corretagem,
S.A

Demonstrações Financeiras Auditadas

31 de Dezembro de 2022

Audit.Tax.Accounting.Advisory

Índice

INFORMAÇÃO CORPORATIVA.....	2
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	4
Opinião.....	4
Bases para a Opinião.....	4
Outras matérias	5
Outra Informação para além das Demonstrações Financeiras e do Relatório do Auditor	5
Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras	5
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.....	6
BALANÇO	8
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	9
MAPA DE FLUXO DE CAIXA	10
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	11
Notas às Demonstrações Financeiras	12

INFORMAÇÃO CORPORATIVA

Número de registo	101665127
Data de constituição	25/10/2021
Actividade	Prestação de serviços e consultoria financeira
Endereço	Rua Beijo da Mulata N.188 RC, Sommerschield Cidade de Maputo, Moçambique
Administração	Leonel Nelson Artur Tomo - PCA Silvia de Barros Tomo – Administradora Financeira Carla Dias Abranches - Administradora de Recursos Humanos
Bancos	Millennium BIM, SA United Bank for Africa Mozambique SA
Auditores	Nexia BKSC Auditors & Management Consultants, Lda Av. 24 de Julho N° 7, 8° andar – Polana Shopping Building, Maputo Moçambique

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores da SL CAPITAIS SOCIEDADE FINANCEIRA DE CORRETAGEM, S.A são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras da empresa. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Os Administradores consideram que, na preparação das demonstrações financeiras, foram usadas as políticas contabilísticas mais adequadas, aplicadas de forma consistente, apoiadas em julgamentos prudentes e estimativas razoáveis, e que todas as políticas das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) que considera aplicáveis foram seguidas. Os Administradores estão convencidos de que as informações contidas nas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada os resultados das operações do período e a posição financeira da entidade para o período findo.

Os Administradores têm a responsabilidade de garantir que os registos contabilísticos sejam mantidos de forma apropriada. Os registos contabilísticos devem divulgar com razoável precisão a posição financeira da entidade para permitir que os Administradores garantam que as demonstrações financeiras estão em conformidade com a legislação relevante.

A empresa opera em um ambiente de controlo e bem estabelecido, que está bem documentado e revisto regularmente. Este engloba procedimentos de gestão de riscos e controles internos, que são desenhados para fornecer uma garantia razoável, mas não absoluta, de que os activos são salvaguardados e os riscos do negócio são controlados.

O princípio da continuidade das operações foi adoptado na preparação das demonstrações financeiras. Os Administradores não têm motivos para acreditar que a empresa não operará em continuidade no futuro previsível, com base em previsões e recursos disponíveis. Estas demonstrações financeiras suportam a viabilidade da empresa.

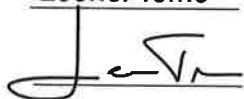
Os auditores externos da empresa Nexia BKSC Auditors & Management Consultants, Lda, auditaram as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas e assinadas em representação da Administração por:

Nome:

Leonel Tomo

Assinatura:



Data:

20 de Julho de 2023

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da SL CAPITAIS SOCIEDADE FINANCEIRA DE CORRETAGEM, S.A

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras da SL CAPITAIS SOCIEDADE FINANCEIRA DE CORRETAGEM, S.A, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022, a Demonstração dos Resultados, o Mapa de Fluxo de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SL CAPITAIS SOCIEDADE FINANCEIRA DE CORRETAGEM, S.A em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro relativo ao ano findo naquela data em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Bases para a Opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA's). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da empresa de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião

Outras matérias

A SL CAPITAIS SOCIEDADE FINANCEIRA DE CORRETAGEM, S.A iniciou as suas actividades a 06 de Junho de 2022, e, por conseguinte, as demonstrações financeiras relativas ao ano findo a 31 de Dezembro de 2022 não apresentam comparativos.

Outra Informação para além das Demonstrações Financeiras e do Relatório do Auditor

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório anual da entidade, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluímos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar a empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

A administração é ainda responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA's, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou ignorar procedimentos de controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto de continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as suas operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com a Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Jeremias Cardoso Da Costa, Auditor Certificado, Licença Profissional Nº 41/CA/OCAM/2014

Nexia BKSC Auditors & Management Consultants, Lda t/a NEXIA BKSC

Firma de auditoria registada sob a licença nº 10/SCA/OCAM/2014, representada por:


Jeremias Cardoso Da Costa



**Nexia
BKSC**
Audit • Accounting • Tax • Advisory
NUIT: 400 011 575

Maputo, 21 de Julho de 2023

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Notas	2022	2021
Activo			
Caixa e disponibilidade em instituições de crédito	5	4.154.495	0
Activos tangíveis	6	56.513	0
Activos Intangíveis	6	105.644	0
Outros activos correntes	7	1.545.210	0
Total do activo		5.861.861	0
Passivo corrente			
Passivos por impostos correntes	9	1.464.823	0
Outros passivos	10	762.554	0
Total do passivo		2.227.377	0
Capital próprio			
Capital	8	1.400.000	0
Resultado líquido de exercício	8	2.234.484	0
Total do capital próprio		3.634.484	0
Total do passivo e capital próprio		5.861.861	0

Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras


O Técnico de Contas


A Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Notas	2022	2021
Rendimento de taxas e comissões	<u>11</u>	9.128.582	0
Gastos com taxas e comissões	11	(3.616.976)	0
Resultado de taxas e comissões		5.511.606	0
Gastos com pessoal	<u>12</u>	(178.880)	0
Gastos gerais administrativos	<u>13</u>	(1.544.888)	0
Resultado antes de impostos		3.687.838	0
Imposto sobre o rendimento	<u>14</u>	(1.453.354)	0
Resultado líquido do exercício		2.234.484	0

Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras


O Técnico de Contas
A Administração

MAPA DE FLUXO DE CAIXA

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Notes	2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do período		2 234 484	0
Ajustamentos ao resultado relativos a:			
Depreciações e Amortizações		0	0
(Mais) / Menos valores		0	0
(Aumento)/Redução de outros activos correntes	7	(1.545.210)	0
Aumento/(Redução) de outros passivos correntes	10	762.554	0
Aumento/(Redução) de passivos por impostos correntes	9	1.454.823	0
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		2.916.651	0
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	6	(162.157)	0
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(162.157)	0
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Realização do capital social	8	1.400.000	0
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		1.400.000	0
Variação de caixa e equivalentes de caixa		4.154.495	0
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	0	0
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		4.154.495	0

Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras


 O Técnico de Contas



 A Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2022

Natureza dos movimentos	Capital próprio atribuível aos detentores do capital				Total
	Capital social	Reservas	Resultados transferidos		
Saldo no início do período 2022	0	0	0	0	0
Capital social	1.400.000	0	0	0	1.400.000
Resultado líquido do exercício	0	0	2.234.484	2.234.484	2.234.484
Saldo no fim do período 2022	1.400.000	0	2.234.484	2.234.484	3.634.484

Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras


 Técnico de Contas


 A. Administração

Notas às Demonstrações Financeiras

Introdução

Designação da entidade	SL CAPITAIS SOCIEDADE FINANCEIRA DE CORRETAGEM, S.A
Sede	Rua Beijo da Mulata N.188 RC, Sommerschild, Cidade de Maputo, Moçambique
Actividade	Prestação de serviços e consultoria financeira
Data de constituição	25/10/2021
Data de início de actividades	06/06/2022
Número de entidade legal	101665127
NUIT	401358749

Estrutura accionista

Sócios	2022	
	% Detida	Valor
Leonel Nelson Artur Tomo	60%	840.000
Silvia De Barros Tomo	30%	420.000
Carla Dias Abranches	10%	140.000
Total	100%	1.400.000

1. Bases de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas em todos os seus aspectos materiais em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas segundo convenção do custo histórico na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade consistência prudência substância sobre a forma, efectivação das operações especialização dos exercícios e materialidade. Todos os valores foram arredondados para meticais (MZN). A fim de facilitar a respectiva leitura e de forma a permitir a sua melhor compreensão foram complementadas com notas explicativas.

2. Principais políticas contabilísticas

(a) Operações em moeda estrangeira

O Metical (MZN) constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pela empresa nas suas operações e demonstrações financeiras.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio média divulgada pelo Banco de Moçambique na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados do exercício, como ganhos ou perdas conforme o caso.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

(b) Activos tangíveis

Os activos imobilizados são determinados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada. As amortizações são calculadas e registadas na demonstração de resultados segundo o método das quotas constantes em função da vida útil estimada do activo imobilizado.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo (calculado como diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período do seu desreconhecimento.

As vidas uteis estimadas referentes às principais categorias de activo imobilizado são as registadas no decreto 72/2013 de 23 de Dezembro que aprova o Regime das Amortizações por se considerarem razoáveis, nomeadamente:

Meio imobilizado	Vida útil esperada (em anos)	Método de contabilização
Mobiliário social e administrativo	6	Quotas constantes
Equipamento básico	4 - 6	Quotas constantes
Equipamento de transporte	4	Quotas constantes

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa em cofre, depósitos bancários à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

(d) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transacionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados. Em 31 de Dezembro, a entidade não detinha nenhum activo registado nesta categoria.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou são designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Consideram-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a entidade a intenção de deter aos mesmos até à maturidade. Em 31 de Dezembro, a entidade não detinha nenhum activo registado nesta categoria.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da entidade na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A entidade avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

(e) Outras contas a receber

As contas a receber incluem os depósitos e outros valores a receber que decorrem da actividade corrente. São inicialmente mensurados ao justo valor, acrescidos dos custos directos incrementais da transacção, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efectiva.

As contas a receber são inicialmente mensuradas pelo justo valor, que incluem os custos de transacção. Após o reconhecimento inicial, as contas a receber são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método de juros efectivos, menos perdas por imparidade acumuladas.

(f) Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio, quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

(g) Passivos financeiros

A classificação dos passivos financeiros no seu reconhecimento inicial depende das suas características, considerando as seguintes categorias:

i. Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial. Em 31 de Dezembro a entidade não tinha nenhuma responsabilidade registada nesta categoria.

ii. Empréstimos obtidos e contas a pagar

Classificamos nesta categoria de passivos financeiros os restantes passivos financeiros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram. Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

(h) Reconhecimento de gastos e rendimentos

A empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual estes rendimentos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento.

(i) Ganhos em operações financeiras

Os ganhos em operações financeiras correspondem ao diferencial entre os valores de compra e venda de moedas estrangeira. Portanto, os rendimentos em operações cambiais são as referentes a actividade corrente da empresa na comercialização de moeda estrangeira.

(j) Rendimentos e encargos de juros

Os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares são reconhecidos em resultados através do método da taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do activo financeiro ou passivo financeiro, ou, quando apropriado, durante um período mais curto, para a quantia registada do activo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas sem considerar as perdas futuras de crédito esperadas.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui os custos da transacção e os honorários pagos ou recebidos, que constituem, assim, uma parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos da transacção incluem os custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

Os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares apresentados na demonstração de resultados incluem os juros de activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e são calculados com base na taxa de juro efectiva.

Os rendimentos com juros de depósitos são reconhecidos numa base de acréscimo de acordo com a taxa de juro acordada com a respectiva instituição financeira.

(k) Taxas e comissões

A sociedade auferir proveitos de taxas e comissões de clientes e transacções relacionadas com operações financeiras de intermediação na aquisição e venda de títulos. Quando as taxas e comissões fizerem parte integrante dos juros efectivos de um activo ou passivo financeiro, elas são incluídas e mensuradas com base na taxa de juros efectiva. As taxas e comissões que se referem à transacções e serviços onde a obrigação de desempenho é satisfeita durante um período de tempo, são reconhecidas ao longo desse período, à medida que o serviço é prestado.

A receita relacionada às transacções é reconhecida no momento em que a transacção ocorre. As taxas e comissões iniciais não reembolsáveis são reconhecidas como receita durante o período em que se espera que o cliente continue recebendo o serviço.

(l) Passivos contingentes

A sociedade reconhece um passivo contingente quando identifica uma obrigação resultante de eventos passados cuja existência apenas será confirmada através da ocorrência de um ou mais eventos incertos que a sociedade não controla na totalidade e quando não é provável que ocorra uma saída de recursos da sociedade para liquidar a obrigação e o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente fiabilidade.

(m) Provisões

A entidade constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O

montante da provisão corresponde á melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

(n) Imposto sobre rendimento.

O Imposto corrente é o imposto que se espera pagar sobre as receitas tributáveis do ano utilizando as taxas de impostos estipuladas por lei ou substancialmente estipuladas por lei á data do balanço e qualquer ajustamento ao imposto a pagar respeitantes os anos anteriores.

(o) Compensação

Quando existe um direito legal de compensação entre activos e passivos financeiros reconhecidos e não há intenção de pagar o passivo e realizar o activo simultaneamente, ou quitá-lo pelo valor líquido, todos efeitos financeiros relacionados são compensados.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras anuais com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) requer o uso de certas estimativas contabilísticas críticas. Também requer aos responsáveis pela gestão o exercício de certos julgamentos no processo de aplicação das políticas contabilísticas. Todas as áreas que envolvam um alto grau de julgamento ou complexidade, ou certas assunções ou estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são divulgadas nas respectivas secções das demonstrações financeiras. Embora estas estimativas são baseadas no melhor conhecimento que os gestores detêm dos acontecimentos correntes e requeiram a tomadas de acções no futuro, os resultados reais poderão diferir dessas estimativas.

As principais estimativas contabilísticas utilizadas são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

A entidade reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a entidade efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, quando foram reconhecidos.

A entidade considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Imparidade de activos tangíveis

Os activos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da entidade.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que a empresa é parte interessada, são constituídas atendendo à expectativa de parte da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações, nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal da empresa durante um período de 10 anos, podendo daí resultar, eventuais correções, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido com todas as obrigações fiscais a que a empresa se encontra sujeita, pelo que não se espera que eventuais correções à matéria coletável declarada, decorrentes destas revisões, venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

4. Alteração nas políticas contabilísticas, estimativas e erros

Este é o primeiro ano de actividades da SL CAPITAIS SOCIEDADE FINANCEIRA DE CORRETAGEM, S.A. Assim sendo, não houve alterações nas políticas contabilísticas que tenham efeitos nos comparativos, nem houve variações nas estimativas contabilísticas.

5. Caixa e disponibilidade em instituições de crédito

	2022	2021	Varição
Caixa	0	0	0
Disponibilidade em outras instituições de crédito	4.154.495	0	4.154.495
Total	4.154.495	0	4.154.495

	2022	2021	Varição
Moeda nacional (MZN)			
BIM - 65970534 MZN	1.049.400	0	1.049.400
UBA - 010040010341 MZN	3.105.095	0	3.105.095
Total	4.154.495	0	4.154.495

6. Activos tangíveis

Custo	Saldo Inicial	Adições	Abates	Saldo Final
Activos tangíveis				
Equipamento	0	56.513	0	56.513
Equipamento de transporte	0	0	0	0
Outros activos tangíveis	0	0	0	0
Activos tangíveis				
Software	0	105.644	0	105.644
Total	0	162.157	0	162.157

Depreciações	Saldo Inicial	Adições	Abates	Saldo Final
Activos tangíveis				
Equipamento	0	0	0	0
Equipamento de transporte	0	0	0	0
Outros activos tangíveis	0	0	0	0
Activos Intangíveis				
Software	0	0	0	0
Total	0	0	0	0
ACTIVOS LIQUIDOS	0			162.157

Até 31 de Dezembro de 2022, os activos adquiridos e capitalizados nas rubricas de activos tangíveis e intangíveis, ainda não estavam em pleno uso, razão pela qual a administração entende não estarem criadas condições para o início da sua depreciação, perspetivando-se que a mesma inicie em Janeiro de 2023.

7. Outros activos correntes

	2022	2021	Varição
Devedores sócios	988.744	0	988.744
Cauções	535.100	0	535.100
Adiantamentos	3.465	0	3.465
PROLIN Africa Supplier	17.901	0	17.901
Total	1.545.210	0	1.545.210

a) A rubrica de devedores sócios se decompõe da seguinte forma:

	2022	2021	Varição
Silvia Cristina Vaz de Barros	790.268	0	790.268
Leonel Nelson Tomo	198.476	0	198.476
Total	988.744	0	988.744

8. Capital próprio

	2022	2021	Varição
Capital	1.400.000	0	1.400.000
Resultado líquido do exercício	2.234.484	0	2.234.484
Total	3.634.484	0	3.634.484

9. Passivos por imposto corrente

	2022	2021	Varição
IRPC - Estimativa	14 1.453.354	0	1.453.354
IRPS	2.439	0	2.439
INSS	9.030	0	9.030
Total	1.464.823	0	1.464.823

10. Outros passivos

	2022	2021	Varição
Remunerações a pagar ao pessoal	163.588	0	163.588
AMF- Academia de Mercados Financeiros	598.966	0	598.966
Total	762.554	0	762.554

11. Ganhos em operações financeiras

	2022	2021	Variação
Rendimentos de taxas e comissões			
Taxas e comissões em operações de bolsa	a) 9.128.582	0	9.128.582
Subtotal	9.128.582	0	9.128.582
Gastos com taxas e comissões			
Comissão por intermediação	3.550.000	0	3.550.000
Comissões BVM	64.591	0	64.591
Encargos bancários	2.385	0	2.385
Subtotal	3.616.976	0	3.616.976
Resultado de taxas e comissões	5.511.606	0	5.511.606

a) Taxas e comissões na intermediação de títulos, reguladas e constantes no diário de mercados disponível no site da bolsa de valores de Moçambique.

12. Gastos com o pessoal

	2022	2021	Variação
Remuneração aos empregados	172.000	0	172.000
Encargos sociais obrigatórios	6.880	0	6.880
Total	178.880	0	178.880

13. Gastos gerais administrativos

	2022	2021	Variação
Material de escritório	44.614	0	44.614
Rendas e alugueres	500.000	0	500.000
Comunicações e despesas de expedição	72.164	0	72.164
Publicidade	250.441	0	250.441
Serviços de contencioso e notariado	4.100	0	4.100
Serviços especializados	15.000	0	15.000
Gastos e encargos de constituição	658.569	0	658.569
Outros serviços de terceiro	100.000	0	100.000
Total	1.644.888	0	1.644.888

14. Imposto sobre o rendimento

	2022	2021	Varição
Prejuízo / (Lucro) antes do imposto	3.687.838	0	3.687.838
Efeito dos gastos não aceite fiscalmente	853.894	0	853.894
Efeito de rendimentos dedutíveis	0	0	0
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	0	0	0
Lucro / (prejuízo) fiscal	4.541.732	0	4.541.732
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.453.354	0	1.453.354
IRPC a pagar	1.453.354	0	1.453.354

6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Contextualização

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco da Sociedade.

A Sociedade está exposta aos seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de taxa de juro
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco de gestão de capital

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da sociedade a cada um dos riscos acima identificados e os seus objectivos, políticas e processos para a mensuração e gestão de cada risco.

Instrumentos financeiros

A tabela abaixo apresenta a classificação dos instrumentos financeiros:

Descrição	Disponibilidades	Empréstimos e recebíveis	Passivo ao custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
Caixa e disponibilidade em instituições de crédito	4.154.495	0	0	4.154.495	4.154.495
Outros activos correntes	0	1.545.210	0	1.545.210	1.545.210
Total de activos financeiros	4.154.495	1.545.210	0	5.699.704	5.699.704
Passivos por impostos correntes	0	0	1.464.823	1.464.823	1.464.823
Outros passivos correntes	0	0	762.554	762.554	762.554
Total de passivos financeiros	0	0	2.227.377	2.227.377	2.227.377

a) Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para a sociedade se um cliente ou contraparte num instrumento financeiro falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais. A sociedade considera todos os elementos da exposição ao risco de crédito, e para limitar este risco, recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A exposição máxima ao risco a 31 de Dezembro de 2022 é a seguinte:

	2022	2021
Caixa e disponibilidade em instituições de crédito	4.154.495	0
Outros activos correntes	1.545.210	0
Total de activos financeiros	5.699.704	0

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro e taxas de câmbio, virem a afectar o justo valor ou fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros. O risco de mercado resulta de posições abertas, taxas de juro, moeda estrangeira, ambas expostas a movimentações gerais e específicas de mercado gerais e a alterações no nível de volatilidade financeira. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, optimizando, ao mesmo tempo, o retorno sobre o risco.

c) Risco de taxa de juro

É o risco de flutuação dos fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de juro mercado, com impacto negativo na posição financeira da sociedade. A exposição ao risco de taxa de juro que está associada aos efeitos das flutuações nas taxas de mercado tem impacto na posição financeira e nos fluxos de caixa e os excedentes de caixa são geridos para assegurar que os excessos de liquidez são investidos em moldes que assegurem níveis máximos de retorno com risco mínimo.

d) Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais USD/MZM, EUR/MZM, ZAR/MZM. Sociedade procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

Descrição	Total	MZN	ZAR	USD	EUR
Caixa e disponibilidade em instituições de crédito	4.154.495	4.154.495	0	0	0
Outros activos correntes	1.545.210	1.545.210	0	0	0
Total de activos financeiros	5.699.704	5.699.704	0	0	0
Passivos por imposto corrente	1.464.823	1.464.823	0	0	0
Outros passivos correntes	762.554	762.554	0	0	0
Total de passivos financeiros	2.227.377	2.227.377	0	0	0

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que as operações não possam ser financiadas, e os compromissos financeiros não possam ser satisfeitos atempadamente, com uma boa relação custo-eficácia. O risco resulta quer da diferença entre os activos e passivos quer da desproporção dos seus vencimentos. A gestão de risco de liquidez lida com o perfil global do Balanço, os requisitos de financiamento da sociedade e os fluxos de caixa. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e fluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa a pagar pela sociedade de acordo com as maturidades contratuais remanescentes à data de balanço. Os valores reportados na tabela são os fluxos de caixa contratuais descontados.

	Maturidade			Total
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivos por imposto corrente	1.464.823	0	0	1.464.823
Outros passivos correntes	1.545.210	0	0	1.545.210
	3.010.033	0	0	3.010.033

f) Gestão de Capital

Os objectivos da sociedade relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo do que o conceito de capital próprio no balanço, são:

- cumprir os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique;
- salvaguardar a capacidade da sociedade, em termos de continuidade das suas operações, para que possa continuar a gerar resultados para os seus accionistas e beneficiários, para os resultados partilhados;
- manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A tabela seguinte resume o cálculo do capital regulamentar da sociedade para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022:

	2022	2021
Passivos por imposto corrente	1.464.823	-
Outros passivos correntes	1.545.210	-
Menos: Caixa e disponibilidade em instituições de crédito	(4.154.495)	-
Dívida líquida	7.164.527	-
Capital próprio	3.634.484	-
Capital próprio e dívida líquida	10.799.011	-
Rácio de alavancagem	66%	0%


O Técnico de Contas


A Administração